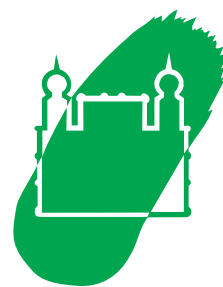


ASFOC FIOCRUZ



Uma questão
de soberania
nacional



Já raiou a Liberdade no horizonte do Brasil?

LÁ SE VÃO 180 ANOS daquele sete de setembro que entrou para a história do Brasil como o Dia da Independência. Na verdade, do grito de D. Pedro até os nossos dias, a nação que surgia simbolicamente às margens do Ipiranga experimentou muito mais de mortes desnecessárias do que da necessária Independência.

COLÔNIA, Império, República, não importa a forma de governo, nossos governantes estiveram sempre a serviço de interesses econômicos e políticos que estão além de qualquer conceito de nação.

NADA MUDOU, 180 anos e nada mudou na submissão covarde de cada indivíduo ou grupo que teve e tem a oportunidade de governar para construir uma nação soberana.

AO INVÉS de transformar em melhores condições de vida para todos a riqueza natural do país e tudo que os brasileiros constroem com muito trabalho e criatividade, a elite brasileira – reunida em torno do Imperador, Presidente ou Ditador do momento – tem se prestado sempre ao papel de serviçal e capataz de corporações, grupos econômicos, empresas ou, simples e objetivamente falando, capitalistas que constituem a classe dominante, que exerce um poder hegemônico e supranacional.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA: Questão de Soberania.

É CERTO, mas C&T é muito mais e pessoas como nós, que trabalhamos nessa área, já fizemos muito mais por um futuro melhor que qualquer um de nossos governantes. Não só por uma nação melhor para o seu povo, mas por um mundo melhor para o ser humano, por seres humanos melhores, pela valorização da vida.

INDEPENDÊNCIA, liberdade, soberania nacional, são questões muito mais familiares em nossas vidas que na de

nossos governantes atuais. FHC, seus ministros e aliados políticos mantiveram-se no poder, controlaram a máquina do Estado por todos esses anos, para entregar o patrimônio que construímos.

A NAÇÃO é vista como empresa, o governante é um gerente a serviço de interesses econômicos maiores e mais poderosos. Assim, por que investir em quem produz ciência e tecnologia aqui, se os verdadeiros donos do poder preferem que sejam produzidas lá onde guardam seus tesouros?

NÓS SABEMOS a riqueza que produzimos com nosso trabalho. Por isso, lutamos bravamente por reconhecimento e remuneração digna.

POR ISSO, a felicidade de receber nossos novos companheiros tem que dividir espaço com o protesto.

MAS TAMBÉM é isso que nos anima para aperfeiçoar e desenvolver nossas conquistas. O esforço preparatório para o Congresso Interno que se aproxima, os debates promovidos pela ASFOC e os seminários institucionais ajudam a amadurecer nossas reflexões e a compreensão da realidade em que vivemos.

MAIS UMA VEZ nossa comunidade vai poder responder com propostas concretas à farsa da “inovação”, que serve de camuflagem à política entreguista de FHC e seus aliados para a área de C&T.

NA VERDADE, se olharmos bem para o horizonte, já podemos ver as primeiras luzes da esperança que se renova com as eleições de outubro. É a oportunidade de começar uma nova fase de nossa história, de escolhermos governantes comprometidos com a construção de uma nação mais justa para com seus filhos, que jamais fugiram à luta.

ESPAÇO UNIFOC

O Brasil que não queremos

Antonio Humberto da Costa

O GOVERNO tenta de todas as formas possíveis e imagináveis demonstrar aos olhos de todos que o Brasil já é um país que passou da fase emergente para um situação de segurança e tranquilidade, em que todos podem desfrutar e conviver com dias melhores.

Entretanto, o Censo de 2.000, com dados divulgados por todos os meios de Comunicação, mostra outra realidade: a concentração de renda é cada vez maior, o estado de pobreza e o analfabetismo em algumas regiões do país nos colocam entre as nações menos desenvolvidas da face da Terra.

A sociedade má, perversa e injusta não busca as causas, só nos mostra as conseqüências; os índices de violência aumentam a cada instante. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo estão entre as mais violentas do Mundo.

Falando do Rio, cidade que vivemos, é fácil afirmar que ninguém aqui, não importa o bairro que mora, pode dizer que nunca presenciou ou foi atingido por algum tipo de violência. Não é lícito afirmar, contudo de alguma forma somos obrigados reconhecer que as ações governamentais pecam por falta de clareza e de uma infra-estrutura capaz de dar segurança ao cidadão que vive e se sente ameaçado naquilo que é elementar, ou seja: o direito de dizer que é livre e é protegido pelo Estado.

O Estado só poderá dar exemplo quando nos seus altos escalões não existirem mais – lado a lado – sociedade e corrupção: os escândalos, as falcaturras, as negociatas e a impunidade andam de mãos entrelaçadas.

O Brasil com uma dívida externa parecida com sua densidade demográfica, é considerado como um país de alto risco. Hoje, instituições financeiras internacionais tentam ditar como devemos viver internamente e sempre servil.

É hora de reflexão e fazer um auto exame para concluirmos se é isso mesmo que queremos.

Já existem grupos fazendo manifestações contra a violência e a favor da paz. O Estado, como um todo, é responsável por esta situação difícil que nos encontramos.

A violência, a criminalidade e a miséria não são mais do que o acúmulo de providências que jamais foram tomadas.

Acorda Brasil!

DIRETORIA DA ASFOC

Rita Mattos
Diretora Geral
Leila Mello
Vice-Diretora
Cristiane Moneró
Diretora Secretária
Vânia Buchmuller
Diretora Administrativa
Júlio Bandeira de Mello
Diretor Sócio-Cultural
Justa Helena Franco
Diretora de Assistência
João Carlos “Profeta”
Diretor de Esportes

SUPLENTE
Ludmila Sebba,
Luiz Maurício Baldacci,
Janine Miranda Cardoso,
Mário Santos Moreira,
Marta de Jesus Silva,
Afonso Cesar Woyames,
Rogério Lannes Rocha

CONSELHO FISCAL
Anna Beatriz de Sá Almeida,
Marco Antonio C. Menezes,
Rugimar Marcovitz,
Angela Maria Vieira da Silva,
Marilene F. Costa

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Tels: (21) 2290-7347
jornalismoasfoc@bol.com.br

Editor
Gustavo de Carvalho
(Mtb 17627)

Repórter
Lia Ribeiro

Programação Visual
Flávio Tavares

Fotos
André Telles

Divulgação
Alexandre Costa

Impressão
Gráfica Folha Dirigida

“Gestão Participativa em Instituições de C&T”



Raul Pont
Ex-Prefeito de Porto Alegre (1996), membro do Diretório Nacional do PT.

Para a cidadania, é fundamental saber como se reparte o recurso público.

Se o cidadão tem acesso às contas tem que enfrentar a situação difícil de ter que decidir por mais médicos, mais enfermeiros, mais professores e, ao mesmo tempo, demitir funcionários. Mas isso eu nunca ouvi em 14 anos de orçamento participativo, ao contrário, as pessoas vão às reuniões pedir mais serviços.

Mesmo com todos os problemas que enfrentamos no início da implantação do orçamento participativo, decidimos continuar apostando na democracia participativa, na criação de mecanismos para população participar, decidir, estabelecer prioridades e construir coletivamente o orçamento.

Acho que este espírito participativo, com método, é muito importante em instituições públicas. A crise do Estado brasileiro, a crise fiscal que está aí, mesmo mudando o governo, nos força a repensar questões como garantir a gratuidade dos serviços sem que isso seja um peso. Este é um enorme desafio para a esquerda brasileira, para quem pensa no futuro do país. E não precisa enxugar a máquina nem apelar para o Estado mínimo neoliberal.

Com este método de gestão, com participação democrática e transparente, é resultado do trabalho da população e do Governo. Toda a receita, as despesas, a previsão de orçamento, de investimento do ano, com recurso próprio, com receita de capital de financiamentos. Desta forma, pensar o orçamento do próximo ano fica muito mais fácil.

O orçamento participativo também é um aprendizado para o dia a dia, o cidadão aprende sobre receita, receita transferível, sabe para onde vai o dinheiro. Isso é politização. As pessoas sabem que os problemas são complicados, mas aprendem que têm solução.

O orçamento participativo não é um sonho. Basta vontade política

Ciclo de Debates da ASFOC para o IV Congresso Interno da Fiocruz

As experiências e reflexões trazidas pelos palestrantes convidados para o Ciclo de Debates da ASFOC trouxeram um impulso importante para o debate a cerca do projeto institucional que construímos na Fiocruz. Os debates - editados com a colaboração da equipe da Vice-presidência de Desenvolvimento Institucional, Informação e Comunicação responsável pela organização do Congresso - estão disponíveis nas páginas da ASFOC e da Fiocruz na Internet. Selecionamos alguns trechos dessas discussões, que podem nos ajudar na formulação de propostas para o aprimoramento de nossas conquistas e possíveis caminhos para novas vitórias.

“Valorização e Responsabilidade na Política de Recursos Humanos”

Luiz Alberto dos Santos
Assessor parlamentar do PT no Congresso Nacional.



A prioridade número zero do atual Governo é o pagamento de juros e encargos da dívida. Do superávit primário do Governo Federal a partir de 1999, cerca de R\$ 160 bilhões foram produzidos por conta da redução ou do controle dos gastos com aposentadorias, pensões, despesas correntes, investimentos.

Onde está a valorização quando, ao exercer um direito - seja ele o direito a requerer reajustes, seja o direito ao cumprimento de uma decisão judicial - os servidores públicos são tratados como fraudadores, marginais, aproveitadores ou corporativistas? O servidor é um cidadão, que tem uma relação de trabalho com o Estado, mas tem os direitos que a Constituição assegura a qualquer outro cidadão, além dos que a lei lhe assegura como servidor, e esses direitos têm que ser respeitados.

Temos também a questão da terceirização. Ao invés de se contratar funcionário público, contrata-se uma empresa de prestação de serviços que vai exercer funções típicas de Estado, para substituir trabalhadores efetivos por trabalhadores precarizados.

A partir de 99/2000, o Governo resolveu enfrentar de maneira absurda e abusiva o princípio da paridade, criando gratificações não extensivas aos aposentados e pensionistas, as chamadas gratificações de desempenho de atividade.

É preciso a implantação de sistemas de avaliação de desempenho idôneos e transparentes que respeitem a impessoalidade. Há muitas entidades que acham que

o servidor não deve ser avaliado, mas nessa perspectiva, nós estaríamos trabalhando com alguém que, no limite é intocável, não é isso que a sociedade espera do serviço público. Nós precisamos trabalhar essa discussão de modo que as avaliações não sejam vinculadas ao salário, ao desenvolvimento na carreira, mas à melhoria do serviço público e das condições de trabalho.

Com as agências reguladoras o Governo tentou introduzir o regime de emprego público e não conseguiu porque é inconstitucional. O Artigo 247 diz: “os servidores de atividades exclusivas de Estado têm direito a garantias especiais contra a perda do cargo”. Isso significa que eles têm que ter estabilidade, têm que ser estatutários. O Artigo 174 da Constituição classifica a atividade reguladora do Estado como atividade exclusiva de Estado.

As atividades auxiliares em qualquer caso serão terceirizadas, aqui mesmo, o Governo baixou um decreto para extinção de todos os cargos de nível médio do Plano de Carreira de Ciência e Tecnologia. Com isso ele reduz drasticamente o tamanho da força de trabalho que vai exercer atividades no âmbito do Estado.

O país está gastando 1,24% do PIB em pesquisa na área de ciência e tecnologia, 68% é dinheiro público, o setor privado participa com apenas 32% do total investido. Em países do primeiro mundo acontece ao contrário: na Alemanha, 60% dos investimentos em pesquisa na área de ciência e tecnologia vêm do setor privado; em relação ao PIB, o Brasil gasta a metade do que gastam os Estados Unidos. Existe aqui um enorme espaço para o investimento privado na área.



“Lei de Inovação em Ciência e Tecnologia”

Roberto Freire
Senador e Presidente Nacional do PPS

Este Projeto de Lei é a tentativa de dizer que o mundo do futuro é mundo do conhecimento, que o Brasil precisa se preparar para isso. Se estiver produzindo o ferro, não precisa o Estado cuidar disso, é irrelevante do ponto de vista do futuro. O que está se discutindo são novos materiais, que estão sendo produzidos pela inteligência humana. O Brasil precisa é cuidar da possibilidade de não continuarmos subalternos como fomos na sociedade industrial. Um esforço dobrado com aquilo que já demonstramos por algumas das coisas que construímos.

Essa é a base da mudança de instituições. A forma do jeito brasileiro, com a criação das fundações nas universidades, foi um mecanismo utilizado para que pudessem ofertar à sociedade o conhecimento, os bens e serviços que produz. É claro que uma universidade, que uma instituição deve ter a pesquisa pura, até porque isso é base para qualquer outra, aplicada ou de inovação. Mas, quando se diz que a universidade tem que estar voltada para sociedade, não é para fazer apenas assistencialismo ou atender a determinadas comunidades marginalizadas. É para atender à estrutura produtiva do país, para atender à capacidade de produzir que o conhecimento dá à atividade econômica.

Tem alguns problemas que a ideia dessa lei traz. Agora, o fundamental é que se incentive a formação de pesquisadores que vão disputar patente. Se vai ser individual ou da entidade, esse é um problema menor, grave é não termos nem patentes de pesquisador nem de entidade, é ter uma lei, como antes, que impedia as licenças e a exploração de patentes por entidades, universidades ou instituições de pesquisa.

A lei permite que as universidades ou instituições façam parcerias com as empresas privadas em seus laboratórios, mas aí tem um problema da universidade. Sim, quando tiver problema não faz ou faz, a vida tem que resolver. O que não pode é termos universidades com um nível de utilização baixíssimo, apenas uma jornada e o restante parado. Então, é uma mudança da ideia do estatal e privado, para ideia do público. É uma relação que tem a ver com Estado, com sociedade e, portanto, com mercado, economia privada, empreendedores.



“Controle Social e Políticas Públicas de Saúde”

Gastão Wagner de Souza Campos
Secretário Municipal de Saúde de Campinas (SP)

Trabalho produtivo é o que produz mais valia, lucro; mas, se a gente pensar em uma perspectiva democrática e solidária, o trabalho produtivo é, na verdade, o que produz valor de uso. A mercadoria tem aquela dupla face, o valor de troca e o valor de uso. Vocês na Fiocruz produzem valor de troca e, direta ou indiretamente, produzem valor de uso, bens e serviços de interesse humano.

Tem uma coisa bem radical nessa metodologia paidéia e que muda muito. O trabalho produz coisas para os outros, mas produz a gente mesmo e produz a organização em que a gente está. Se for usar esse raciocínio aqui, o SUS serve para produzir Saúde para a sociedade brasileira, que o paga com impostos, porque a gente produz vários valores de uso para ela. Na Fiocruz, vocês têm que provar, o tempo todo, que

estão produzindo coisas úteis para o povo, tecnologia, know-how, educação, dando apoio ao SUS e aos municípios, isso é valor de uso. Agora, quando a gente trabalha no SUS tem uma tripla finalidade. Produzir coisas para os outros, para o município, para o SUS, para a sociedade; garantir a sobrevivência e a realização pessoal, profissional, biológica de milhões trabalhadores e suas famílias; além da própria sobrevivência e reprodução da instituição, da organização onde trabalham.

Isso vale também em relação às organizações. Toda organização, toda política pública tem uma tripla finalidade: garantir direitos sociais, bens e serviços aos usuários; garantir a constituição biológica, subjetiva e social dos trabalhadores; e a produção e reprodução da própria instituição, do Estado, sistema de saúde, economia, etc.

Conforme o nosso lugar social, temos subjetividades e formas de agir diferenciadas. Quando aqueles para quem

produzimos valor de uso vêm discutir conosco, têm com uma perspectiva diferente de quem está produzindo e de quem está dirigindo isto. Qual perspectiva é a correta não interessa, as três são necessárias na negociação e para a gente ter uma instituição viva, uma gestão participativa.

Quando a gente tem uma gestão muito autoritária e centralizada, quando o simbólico, a mensagem passada é que o servidor público não vale nada, que pode-se atrasar seu salário, que seu valor de uso é pequeno, quando isso acontece diminui a nossa capacidade de criar objeto de investimento, de colocar afeto no trabalho.

Em Campinas, criamos um espaço interno de operação, de deliberação para trabalhadores e direção, que chamamos de colegiados. Estamos tentando trabalhar no SUS a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, é a grande diretriz para melhorar a produção e fazer a mudança de paradigma. São os colegiados das equipes interdisciplinares, que a gente chamou de unidade de produção. Acabou serviço de enfermagem, serviço médico, serviço

de assistência social. As equipes interdisciplinares compõem uma unidade de poder gerencial, têm uma representação colegiada junto com a direção, mas são espaços de trabalhadores, que elegem sua representação para os conselhos.

Outros recursos são rodas do cotidiano, toda vez que surge um conflito, em vez do coordenador resolver sozinho, tenta fazer uma roda de quinze minutos, um espaço coletivo com as partes envolvidas. Se tiver um usuário reclamando do médico, em vez do diretor resolver, pega o médico, o enfermeiro, o usuário, senta e faz um diagnóstico e toma uma deliberação.

Um método de gestão participativa não elimina o conflito e não elimina derrotas, mas é o espaço para aprender a compor com os outros, ouvir. Não é abrir mão de tudo que se propõe, tem que compor, mas quando não dá para compor tem que ir pro pau.

Um pedaço do método é o seguinte: não é bom coordenador, não é bom gestor, não é bom dirigente sindical quem não vende uma certa esperança, quem não faz uma certa transferência de projeto.



Mobilização Máxima

Quando definimos uma pauta de reivindicações imediatas, em junho deste ano, tudo parecia nos conduzir para uma atitude radical. A greve parecia a reação necessária e inevitável ao desrespeito e injustiças perpetradas pelo governo FHC. A obstinação da AGU em impedir o pagamento dos precatórios do Bresser - subvertendo sua atribuição de defesa do interesse público em nome de interesses governamentais - nos levou ao limite da tolerância e disposição ao diálogo.



O terror do antraz, o perigo real da dengue e, por outro lado, a sinalização de apoio do, então, recém-empossado Ministro da Saúde, Barjas Negri, trouxeram à tona novamente o eterno conflito entre nosso compromisso social e a firmeza na luta por nossos direitos.

Mais uma vez prevaleceu a experiência política acumulada em longos anos de reflexão e ação coletiva. A visão do caminho a seguir, já turva pela indignação, ganhou contornos mais nítidos ao abandonarmos o foco no Bresser e voltarmos ao campo mais amplo de outras reivindicações, igualmente urgentes e justas.



A Mostra Fiocruz em Movimento, realizada desta vez na Cinelândia, no dia 1º de julho, reafirmou-se como um instrumento importante para aproximar a população de nosso trabalho e reivindicações



“C&T, Questão de Soberania - Por Salários Dignos”

Os servidores da Fiocruz foram presença marcante nos Atos Públicos convocados pelo Fórum de Entidades Sindicais de C&T



A conquista da retroatividade da GDACT não coloca um ponto final em nosso movimento. Continuamos lutando pelo aumento para 50% da gratificação e sua extensão aos aposentados e pensionistas.

Além disso, por mais que o momento favoreça que o atendimento de nossas reivindicações seja utilizado como moeda eleitoral, uma voz forte já ecoou em nossas assembleias: Nenhum voto ao Serra na Fiocruz!



Nossa opção por uma pauta que unificasse o movimento levou a uma maior compreensão, por parte de nossos dirigentes, do papel da valorização do servidor na gestão participativa da Fiocruz.

As paralisações progressivas e a condução madura das negociações reforçaram nosso papel na luta mais geral da área pública de C&T. Influenciaram tanto a unificação das ações no âmbito do Fórum de Entidades Sindicais, quanto o envolvimento dos demais dirigentes institucionais na defesa dos direitos dos servidores.



Calendário de mobilização

JUNHO

- 10/06 – Entrega da carta com as reivindicações imediatas ao Ministro Barjas Negri
- 12/06 – Ato Público no MCT em Brasília
- 15/06 – Vigília no Fiocruz pra Você para cobrança da resposta do Ministro
- 20/06 – Assembleia
- 26/06 – 1ª paralisação

JULHO

- 02/07 e 03/07 – 2ª paralisação
- 03/07 – Ato Público “C&T, Questão de Soberania - Por Salários Dignos”, na Avenida Atlântica
- 10, 11 e 12/07 – 3ª paralisação
- 26/07 – Assembleia Dirac
- 29/07 – Assembleia COC
Assembleia IFF
- 30/07 – Assembleia Geral
Assembleia INCOS
- 31/07 – Assembleia Dirad/Direh/ASPLAN
- 01/07 – Mostra Itinerante Fiocruz em Movimento na Cinelândia

AGOSTO

- 02/08 – Assembleia Geral
Assembleia IPEC
Assembleia ENSP
Assembleia Cecal
- 07/08 – Ato Público “C&T, Questão de Soberania - Por Salários Dignos”, em frente ao INCA
Ida da Comissão do CD a Brasília
- 19/08 – Assembleia Geral - IFF
- 22/08 – Ato Público “C&T, Questão de Soberania - Por Salários Dignos”, em frente ao Mast (Museu de Astronomia)

SETEMBRO

- 04/09 – Ato Público “C&T, Questão de Soberania - Por Salários Dignos” em frente ao Ministério da Ciência e Tecnologia em Brasília.
- 09/09 – Assembleia Geral
- 13/09 – Assembleia Geral
- 16/09 – Ato Público “C&T, Questão de Soberania - Por Salários Dignos” em frente ao CNEN/IPEN, em São Paulo



Medalha Careli de Direitos Humanos-2002

CARREGADA de emoção, a solenidade da Entrega da Medalha Careli de Direitos Humanos aconteceu dia 09 de agosto, no Estação ASFOC. Criada pelo Projeto Cultural da ASFOC ano passado, a Medalha Careli se torna um marco na Fiocruz ao homenagear personalidades que se destacam na luta em defesa dos Direitos Humanos. Essa iniciativa lembra ainda o desaparecimento de nosso companheiro Jorge Careli seqüestrado por policiais da Divisão Anti-Seguestro (DAS) quando telefonava de um orelhão na Favela da Varginha.



Alessandra Wagner recebe a medalha em nome de seu marido Tim Lopes

NESTA EDIÇÃO, receberam a Medalha: Iramaia Benjamin, Helena Besserman (In Memoriam), João Amazonas (In Memoriam), Mário Lago (In Memoriam) e o jornalista Tim Lopes (In Memoriam). Também foram agraciados servidores e dirigentes da Fiocruz que estiveram mais diretamente envolvidos na apuração do desaparecimento de Careli, como Álvaro César Nascimento, André Malhão, Anna Beatriz de Sá Almeida, Elói Garcia, Olga D'Arc Pimentel e o padrinho de crisma e amigo de Careli, João Canossa.

DURANTE a solenidade, o Ouvidor e o Superintendente do Fioprev, respectivamente, Dilton Barreto e Carlos Magno, entregaram à D. Maria, mãe de Careli, os pecúlios de Careli e do marido Antônio Careli, também servidor da Fiocruz e falecido em setembro de 2000. Os discursos de agradecimento refletiram o momento, congregando a certeza de que a luta dos homenageados não foi em vão e a constatação de que muito ainda precisa ser feito por nós para que os Direitos Humanos no Brasil sejam respeitados. Exemplo disso é a impunidade dos assassinos



Dona Maria Careli recebe do Ouvidor do Fioprev, Dilton Barreto, os pecúlios do seu filho e do marido

de Careli que continuam soltos pois, uma sentença do Juiz Heraldo Saturnino de Oliveira, da 6ª Vara Criminal, concluiu que “não há dúvida de que Careli foi espancado

e talvez morto por algum dos réus, mas não logrou a acusação demonstrar quem, entre os 23 acusados, assim agiu e muito menos conseguiu provar a adesão dos demais policiais à prática ilícita”.

O EVENTO foi apresentado por Renato Farias do Canal Saúde e contou com a música do grupo formado por Maria Antônia, Marcelo China e Márcio Costa.

Posse dos novos concursados

OS NOVOS 326 SERVIDORES da Fiocruz foram recebidos por nossa comunidade, no dia 05 de agosto - Dia Nacional da Saúde e aniversário de Oswaldo Cruz - em uma cerimônia ensolarada aos pés da escadaria do Castelo. As boas-vindas foram dadas pelo Presidente Paulo Buss, por membros do Conselho Deliberativo da Fiocruz e convidados externos. A Diretora Geral da ASFOC, Rita Mattos, parabenizou os novos companheiros pela “excelente oportunidade que vocês conquistaram com muito esforço”, mas alertou que “governo federal, por desrespeitar nosso direito a uma remuneração digna, nos obriga a transformar o orgulho por nosso trabalho em protesto”.

ENTRE os novos concursados, há quem já conheça bem a Instituição. Maria de Fátima Ramos está na Fiocruz há 11 anos como bolsista de diversos convênios, para desenvolver seu trabalho no Laboratório de Toxicologia do Cesteh, no setor de Metais. “Acho que as bolsas são importantes, mas não podem virar emprego. Esse concurso aconteceu na hora certa. Eu nem tinha grandes expectativas, até porque, essa questão dos vínculos precários não é um problema da Fiocruz e sim do governo, mas regularizar a situação foi muito importante para a continuidade do meu trabalho”, diz ela.

ASFOC recebeu nossos novos colegas com o Baile dos Concurados no dia 6 de setembro



OUTRO que pensa como Fátima é Frederico Peres, também do Cesteh. “Eu adoro a Fiocruz e por isso trabalho aqui há sete anos, mas, depois de tanto tempo, se eu não tivesse passado no concurso, teria sido obrigado a ir para outro lugar. Me daria muita pena, mas teria que sair”, afirma.

JÁ MURILO DE ALENCAR SOUZA OLIVEIRA, que é professor, está chegando à Fiocruz para assumir um cargo na Diretoria de Recursos Humanos: “Minha expectativa para essa nova experiência é unir teoria e prática. Pretendo continuar dando aulas e realizar ambos os trabalhos com esmero”.

Outro fator citado pelos novos concursados foi o orgulho de fazer parte do

quadro da Fundação Oswaldo Cruz. “É uma emoção muito grande poder dizer que faço parte dessa Instituição centenária”, diz Renata Reis que se integrará à Escola Politécnica Joaquim Venâncio.

TAMBÉM há os casos dos servidores que já pertenciam ao quadro da Fiocruz e mudaram de cargo. Para estes, a preocupação maior é a perda dos 26,06% no contracheque. Nestes casos, o concursado pode integrar a ação pelos 26,06% para todos já existente e a assistência jurídica da ASFOC estará estabelecendo também nova ação específica para esta situação.

A ASFOC recebeu nossos novos colegas com festa e informação. Para esclarecer sobre a Carreira de C&T e questões relativas aos 26,06% do Plano Bresser, a ASFOC convocou uma reunião para o dia 23 de agosto, que contou com grande presença. No dia 6 de setembro, foi realizado o Baile dos Concurados no Estação ASFOC, animado pela Banda Groove. Além disso, a Comissão de Servidores que ingressaram na Fiocruz a partir do concurso de 98 também reuniu-se com os novos colegas, no dia 18 de setembro, antes do encontro com a Presidência da Fiocruz para tratar das questões que atingem mais especificamente esta parcela de nossa comunidade.



OLIMPÍADAS 2002

De 30 de setembro a 4 de outubro, nossa comunidade estará participando das Olimpíadas da ASFOC de 2002. As competições serão realizadas nas modalidades: atletismo, basquete, corrida rústica, futsal masculino e feminino, maratona de ginástica, sinuca, sueca, tênis de mesa e xadrez.

Venha torcer por nossos atletas!

Debate-Papo Esportivo

03/10 - 17 horas

Na Quadra de Esportes, com:

Altair Baffa

Assessor de Imprensa do Flamengo

Marcelo "He Man"

Ex-presidente da Força Jovem do Vasco

Noca da Portela

Compositor e torcedor do Fluminense

Walter Alfaite

Cantor, compositor e torcedor do Botafogo

Após o debate, roda de samba com o Grupo Meu Apelo é Samba e participações de Noca da Portela e Walter Alfaite

E-mail

Na última 6ª feira assisti ao evento de entrega da Medalha Jorge Carelli de Direitos Humanos. Estou agradecendo o reconhecimento por esta entidade de que o Tim trabalhava pela defesa dos direitos humanos em nosso país. Linda homenagem. Foi um evento bonito e de muito bom gosto permeado de emoção e reverências aos homenageados, obrigada pela oportunidade. Não foi possível ficar para o coquetel o que me impediu de cumprimentá-la pessoalmente. O texto de introdução que apresentava a premiação do Tim Lopes, era bellissimo. Venho pedir a gentileza de nos enviar uma cópia para que possa colocá-lo no site do Tim (www.timlopes.com.br), meu irmão.

Tânia Lopes Muri

Ficamos felizes, mesmo sendo um momento de pesar, que a homenagem prestada no dia 09 a tenha sensibilizado desta maneira. Nos sentimos muito orgulhosos também de que o texto de apresentação faça parte do site do Tim. Pode contar conosco para divulgar os esforços para que a justiça seja feita. Se você quiser divulgar o próprio site, nos envie material informativo.

Diretoria da ASFOC

Mensagem da lista "PARLAMENTO-L"

Tá tudo muito bonitinho mas os salários pagos a quem trabalha com Educação, Ciência, Saúde e Tecnologia, como diz o personagem da escola do prof. Chico Anísio: OH!

Só para ilustrar, num panfleto do concurso para Polícia Federal nível médio, 6.000 vagas, salário 1.892,00. Vai ver o salário dos Técnicos Administrativos DE NÍVEL SUPERIOR DAS IFES, que de maneira ou de outra, trabalham com C&T.

Enquanto o binômio segurança/insegurança for superestimado haja visto os salários pagos e o binômio educação/ignorância for subestimado, vamos continuar precisando "tratar o mal" antes de "promover o bem". Existe um convênio milionário do depto. de química da UFPE com a NASA para confecção de vidros mas que só prevê quantitativos para equipamentos, o pessoal não conta. NÃO EXISTE OBJETO SEM SUJEITO, AMBOS FORMAM O SISTEMA.

Volnylson Almeida de Castro - Administrador UFPE

Gostaria de parabenizar a ASFOC e o Prof. Luiz Cláudio pela excelente iniciativa de realizar as caminhadas ecológicas. Participei pela primeira vez no último domingo e pretendo continuar, pois foi muito agradável. Valeu!!

Silvana Granado - ENSP

Prezados colegas da Diretoria da ASFOC,

Em primeiro lugar, me parabenizo pelo belo trabalho que vocês vêm realizando.

Em segundo lugar, sugiro que avaliem a possibilidade de criarem uma lista de e-mails própria ou checarem junto a lista "fiocruz-l" a possibilidade da criação de um segmento "ASFOC".

Venho estudando ambientes virtuais e está provado que as listas genéricas tendem a cair no descrédito, tamanha a diversidade de assuntos que tratam as mensagens. Os profissionais, atualmente, assoberbados de trabalho não têm tempo e paciência p/ ler tantas mensagens, sendo que pouquíssimas são do seu interesse.

Praticamente todas as listas, hoje em dia, são feitas por grupos de prática ou interesse específico e é isso q/ garante o sucesso e credibilidade da lista. A comunicação através de listas de e-mails é uma ferramenta veloz e eficiente quando bem utilizada. Pensem no assunto.

Elio Grossman - DIRAC

Agradecemos pela sua opinião acerca de nosso trabalho. Sua opinião sobre os e-mails é muito interessante e vamos buscar esta alternativa embora saibamos que fio desta forma que alcançamos a melhor comunicação. Obrigada pela dicas e estamos sempre abertas para quaisquer questões.

Rita Mattos.



Avaliação do atendimento do Departamento Jurídico

Os associados que utilizam os serviços jurídicos da ASFOC nas áreas cível, família e juizados estão sendo estimulados a preencherem um formulário de avaliação do atendimento. No período de 15 de agosto a 15 de setembro, foram ouvidas 26 pessoas e os resultados revelam um alto grau de satisfação.

Assunto pesquisado	excelente	bom	regular	ruim
Qualidade do serviço prestado pelo profissional;	20	06		
Satisfação quanto ao atendimento	20	06		
Qualidade das instalações	14	10	02	
Tempo de espera para execução do serviço	20	05	01	
Nível geral de satisfação	19	06	01	

Assistência Cartorial na ASFOC

Visando melhorar ainda mais o atendimento do Departamento Jurídico, a ASFOC está iniciando um serviço de assistência cartorial, em conjunto com o 15º Ofício de Notas. Nesta quarta-feira (25/09), funcionários do Cartório estarão abrindo firmas gratuitamente para servidores, terceirizados e prestadores de serviços. Os interessados devem comparecer à ASFOC munidos de carteira de identidade, CPF e comprovante de residência (originais e cópias).



Preparem-se, o Projeto Cultural da ASFOC está com uma programação de primeira para os próximos meses!

Afinal, nem só de luta vive o espírito da nossa Associação.

18/10 – A Prata da Prata da Casa

07/11 – Baile Congresso Interno

13/12 – Festa de final de ano dos servidores

14/12 – Festa das Crianças



Carnaval 2003

A Confraria dos Discípulos iniciou o Carnaval 2003 com um Bobó de Camarão no dia 20 de setembro. Fique ligado nos próximos eventos:

04/10 – Lançamento da Ala dos Compositores

08/11 – Lançamento do Enredo e dos Concursos para o samba e para a arte da Camisa do Bloco

06/12 – Lançamento da Camisa e resultado dos concursos

Gostaria que você falasse um pouco da origem e da história do Radis, que tem muito a ver com o Movimento de Reforma Sanitária e com as propostas que foram levadas pela Fiocruz à 8ª Conferência Nacional de Saúde...

O Radis foi criado como um projeto de educação continuada do Departamento de Ciências Sociais da ENSP, para reunir, analisar e difundir informação como forma de transformar e qualificar a atuação dos profissionais de saúde. As três primeiras publicações - *Dados, Tema e Súmula* - foram lançadas em julho de 1982. Por volta de 86/87, durante e após a 8ª Conferência, o Programa assumiu um caráter mais amplo. Jornalistas da grande imprensa foram chamados para abordar de forma mais acessível as questões da ciência e tecnologia, colocar em debate as teses da Reforma Sanitária e subsidiar a elaboração da Constituição de 88 e da Lei Orgânica da Saúde. Passamos a falar para um público crescente, hoje 40 mil assinantes, em todos os municípios do país. São vereadores, prefeitos, secretários de saúde, congressistas, dirigentes e profissionais de saúde de instituições públicas e privadas, escolas, associações de moradores, sindicatos urbanos e rurais, ONGs e milhares de veículos de comunicação, muitos do interior, para os quais a informação que fornecemos é bastante útil como fonte para a produção de reportagens.

Vamos falar um pouco da premiação...

A Organização Pan-americana de Saúde foi criada bem antes da Organização Mundial de Saúde. E como parte das comemorações de seus 100 anos, decidiu premiar as melhores reportagens sobre saúde no último ano. Enviamos cinco reportagens e acabamos conquistando o 2º, 4º, 5º, 6º e 7º lugares entre quarenta trabalhos encaminhados por jornais como a *Folha* e o *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *JB* e *Correio Braziliense*. Foi um resultado muito impressionante, porque atesta não só a pertinência e qualidade do nosso trabalho, mas a regularidade dessa qualidade. Mostra também o acerto na escolha e tratamento das pautas: buscamos, nas iniciativas institucionais e nas expectativas sociais, temas que têm a ver com a melhoria da qualidade de saúde da população, muitas vezes em detrimento de assuntos de interesse dos agentes financiadores ou do mercado de projetos. Um exemplo é a revista sobre *Educação Popular em Saúde*, que obteve o segundo lugar e não seria de interesse de agências financiadoras, o que não nos impede de ter publicado uma revista *Tema* sobre *Vigilância Sanitária*, setor que atrai mais recursos. A própria OPAS, no ano passado, propôs uma revista especial sobre os seus 100 anos e entendemos que seria o caso apenas de uma matéria, independência editorial que não interferiu posteriormente no julgamento do Prêmio OPAS.

Vocês estão lutando muito para preservar o Radis no projeto institucional da Fiocruz. Quais são as dificuldades? A recente premiação da OPAS e tudo que o Radis representa, os milhares de assinantes, não são argumentos suficientes para colocar sua continuidade fora de questão?

Nossas publicações sempre foram muito respeitadas dentro e fora da Fiocruz. São intensamente utilizadas pelos serviços de saúde e movimentos sociais, adotadas como bibliografia em concursos e disciplinas e citadas como referência em monografias, dissertações e teses. Recebemos dezenas de cartas de elogio e incentivo todo mês. Porém, do ponto de vista institucional, o Radis viveu e vive, ao longo desses anos, uma situação bastante instável e sem os recursos necessários ao seu funcionamento. Neste último ano, tivemos uma recomposição parcial da equipe e multiplicamos nossa produção com a retomada da periodicidade, após mais de 10 anos, e o aumento do número de páginas por edição. Tudo isso trouxe, evidentemente, um aumento significativo de despesas. Estamos também substituindo as revistas criadas há 20 anos por uma nova, mais bonita, que reúne as características das anteriores com maior flexibilidade editorial e uma sagrada periodicidade mensal, o que nos permitirá buscar anúncios e co-financiamentos para substituir gradualmente parte dos recursos orçamentários da Fiocruz. Por isso é essencial o fim desta instabilidade e a garantia de orçamento compatível com as metas acordadas.

Vamos falar um pouco das condições de trabalho no Radis.

O entusiasmo da equipe tem superado as condições desfavoráveis. Na redação, um servidor e quatro prestadores de serviço

Destaque – RADIS

“ Se os ventos forem favoráveis, a gente vai ter que saber navegar ”

O Programa Radis recebeu um presente e tanto para as comemorações dos seus vinte anos de existência. Cinco reportagens produzidas por sua equipe foram escolhidas entre as dez melhores da etapa nacional do Prêmio para *Jornalismo em Saúde*, promovido pela Organização Panamericana de Saúde em seu centenário. Rogério Lannes Rocha, em seus 21 anos de jornalismo, trabalhou para ONGs, empresas e na grande imprensa. Na Fiocruz desde 1987, sempre atuou no Radis como repórter e redator, até cerca de um ano atrás, quando passou a coordenar o Programa. Nesta entrevista, ele fala da premiação, da luta pela manutenção do Radis e analisa, como jornalista e diretor da ASFOC, a conjuntura atual e o significado das eleições para as áreas de C&T e saúde.



Além de Rogério Lannes, fazem parte da equipe do RADIS: Caco Xavier, Daniela Sophia, Ana Beatriz, Katia Machado, Aristides Dutra, Luis Otávio, Vanessa Santos e Justa Helena

fazem o trabalho de sete profissionais; na administração, um servidor e uma prestadora de serviço trabalham por três ou quatro. No setor de pesquisa, uma servidora mobiliza todos os recursos disponíveis para preservar um valioso acervo de 20 anos de matérias da imprensa sobre saúde, que a falta de recursos impede de digitalizar e disponibilizar. Cobrimos eventos em todo o país sem um *lap top* e, no ano passado, só metade dos computadores tinha acesso à Internet. As fotos das premiadas reportagens foram feitas com equipamento fotográfico emprestado por amigos e parentes. A situação dos filmes e revelações está equacionada, mas chegamos a pagá-los com dinheiro próprio.

O Radis também está envolvido em atividades de ensino e pesquisa e participa da Câmara Técnica de Informação, Comunicação e Informática da Fiocruz, como é o trabalho nestas áreas?

Nos últimos anos, profissionais do Radis têm apresentado trabalhos de pesquisa sobre Comunicação e Saúde em dezenas de encontros científicos. Hoje, metade da equipe faz pós-graduação. Participamos da formulação e coordenação do Curso de Especialização em Informação e Saúde do Politécnico e acompanhamos com interesse a criação do Mestrado Profissional em Informação e Comunicação. Na Câmara Técnica, defendemos políticas institucionais que priorizem a articulação entre os setores e uma interlocução da Fiocruz com a sociedade, que valorize o diálogo entre o saber técnico-científico e o popular.

O trabalho do Radis e o teu pessoalmente dão oportunidade de observar o trabalho em comunicação na Fiocruz. O que está dando certo e o que precisa ser aperfeiçoado nesta área?

Na verdade, parece um campo novo, mas desde sempre a Fiocruz trabalhou com informação. Das pesquisas pioneiras às teses da saúde pública. Nas últimas décadas, várias das iniciativas na área de comunicação - áudio-visual, impressa - se destacaram como as mais importantes do setor saúde no país. Hoje, comunicação e informação são indissociáveis das outras áreas finalísticas da Fiocruz e devem ser vistas não apenas como instrumentos, mas como campos de conhecimento que requerem muito estudo e pesquisa. Isto vai aprimorar os processos que desenvolvemos aqui, permitir entender o fluxo de informação na sociedade, desvendar as disputas discursivas e de poder inerentes às campanhas publicitárias e aos processos comunicacionais nos campos da saúde, ciência e tecnologia.

Queria que você falasse agora sobre a conjuntura nacional, como vê as eleições que se aproximam, qual seria o perfil ideal de um novo presidente? Qual é o papel da Fiocruz nas transformações que esperamos de um novo governo?

A matéria principal da Revista Radis de agosto traz o programa de saúde de todos os presidentes. Como instituição pública, acreditamos ser nossa obrigação apresentar as propostas dos seis candidatos e não apenas dos “principais”, como tem feito a mídia.

Um presidente comprometido com a implantação definitiva de todos os pressupostos da Constituição de 88 na área da saúde e com investimentos pesados e autonomia frente às economias centrais na área da ciência e tecnologia daria uma contribuição fantástica ao país. O contrário seria desastroso.

Seja quem for o eleito, a Fiocruz deve manter sua postura cooperativa com o governo, formulando, propondo e executando políticas, mas não abrir mão de seu histórico senso crítico e capacidade de resistência, caso as políticas governamentais entrem em desacordo com os interesses de Estado e da sociedade.

De que forma isso tudo se relaciona com a luta atual dos servidores para o reconhecimento da área de C&T e sua contribuição para um futuro melhor para o nosso país?

Minha expectativa pessoal, como profissional que atua nessa área e como diretor da ASFOC - cuja atuação tem sido um importante reforço para que a Fiocruz não se deixe arrastar pela lógica de mercado e pela subordinação da produção científica brasileira - é que o próximo governo dê uma guinada na política neoliberal e exclua dos últimos governos. É preciso radicalizar e concluir a implantação do SUS, para que possamos dar novos passos nesta área. É preciso mudar o vetor em C&T, que tem sido esvaziamento das instituições e desqualificação, achatamento salarial e desprestígio dos trabalhadores que produzem e pensam nesta área.

Se o próximo governo, infelizmente, der continuidade às políticas atuais, a ASFOC, outras entidades sindicais e algumas poucas instituições serão as únicas trincheiras para resistir ao desmonte. No caso da eleição de um governo que comece a acertar o caminho nessas duas áreas, vamos precisar mais ainda de instituições como a ASFOC, de uma direção da Fiocruz comprometida com a saúde da população e o fortalecimento da área de C&T, porque, se os ventos forem favoráveis, a gente vai ter que saber navegar. Com a possibilidade de apoio governamental para implementar tudo que, há anos, formulamos nestas áreas, teremos muito mais trabalho, do que tivemos reivindicando e resistindo.